



Suplemento
do Jornal
CONTEXTO
PASTORAL nº 26
Maio/junho
de 1995

11

Debate

Caminhos e descaminhos da unidade evangélica



Douglas Mansur

ESFORÇOS PELA UNIDADE

Sets experiências de entidades evangélicas são apresentadas, dentro dos esforços pela unidade. Algumas têm um cunho ecumênico mais amplo enquanto outras voltam-se para o convívio entre os evangélicos. Página 9

PARCEIROS OU CONCORRENTES?

Na busca da unidade da Igreja, assiste-se ao surgimento de entidades que pretendem construir uma transconfessionalidade que promete ser, entre carismáticos e pentecostais, o novo nome do ecumenismo. A quem elas representam? Página 16

UNIDADE NA DIVERSIDADE

Para se construir a unidade, os evangélicos devem aprender a ser abertos e receptivos para com o diferente, sem a tentação da hegemonia. Página 21

A UNIDADE EVANGÉLICA É POSSÍVEL?

A unidade nunca foi uma marca da Igreja Cristã. Esta pode ser uma constatação difícil de ser digerida, incômoda mesmo, mas vem sendo uma realidade desde que a Igreja se constituiu, denominando-se corpo de Cristo. Parece que a oração/mensagem de Jesus Cristo, na despedida de sua estadia entre os homens e mulheres, não teve o impacto merecido. Jesus pediu que os seus seguidores fossem um, cultivassem a unidade, a fim de que o mundo pudesse crer na mensagem dele (Jo 17).

No entanto, a história da Igreja sempre foi marcada por cisões, rupturas, divisões, rachas, começando entre aqueles que eram judeus e gentios, de Jerusalém e de outras regiões, de Paulo e de Apolo, do

Oriente e do Ocidente, de Roma e da Reforma, de Lutero e de Münzter, do Papa e do Rei, seguindo até os nossos dias com tantas variações e tendências que dividem os grupos mesmo internamente. Aí poderiam-se citar os rachas entre a chamada Igreja progressista, conservadora ou carismática.



Claudia Moraes

DEBATE

Suplemento do jornal
Contexto Pastoral nº 26
Maio/junho de 1995

Publicação de KOINONIA
Presença Ecológica e
Serviço (Rua Santo
Amaro, 129 – 22211-230
– Rio de Janeiro RJ, Tel:
021-224-6713 e fax:
021-221-3016) e Centro
Evangélico Brasileiro de
Estudos Pastorais –
CEBEP (Rua Rosa de
Gusmão, 543–13073-120
– Campinas SP
Tel. e fax: 0192-411459).

**Coordenadora
da Unidade
de Comunicação
de KOINONIA**
Magali do Nascimento
Cunha

**Coordenador geral
do CEBEP**
Luiz Carlos Ramos

Conselho editorial

José Bittencourt Filho
Clóvis Pinto de Castro
Marcos Inhauser
Rafael Soares de Oliveira

Editor

Paulo Roberto Salles
Garcia (MTb 18.481)

Editores assistentes

Beatriz Araujo Martins
Jether Pereira Ramalho

Editora de arte e diagramadora

Anita Slade

Redator

Carlos Cunha

Secretária de redação

Beatriz Araujo Martins

Fotolito e impressão

Tipológica Comunicação
Integrada

Tiragem

10 mil exemplares

Mas nem só de divisão vive a Igreja. A oração/mensagem de Jesus encontrou terreno fértil e gerou pessoas e grupos cristãos contrários ao escândalo da divisão e sensíveis a uma prática promotora da unidade entre o chamado povo de Deus.

DEBATE resgata a história dos esforços de unidade no Brasil e na América Latina e analisa os avanços e os obstáculos nesse processo experimentado por vários grupos que, algumas vezes travestidos de ecumênicos, geram divisão.

As experiências são muitas. Algumas tentativas são relatadas em depoimentos que ilustram a amplitude da diversidade de práticas. A unidade na diversidade continua como um desafio para os cristãos e merece reflexão neste final de século que se aproxima.

UM ECUMENISMO VOLTADO PARA O MUNDO

Esboço para uma história do Movimento Ecumênico no Brasil

Waldo Cesar

Uma história do ecumenismo no Brasil está para ser escrita. O Conselho Latino-Americano de Igrejas tomou a iniciativa em relação à América Latina, e para isto alguns brasileiros foram entrevistados; mas não tenho notícias se a obra já está nas livrarias. Por outro lado, saiu o *Dictionary of the Ecumenical Movement*, que mereceu críticas pelo menos no que se refere justamente à América Latina. Entre as 110 breves biografias, apenas cinco registros contemplam o nosso continente, dos quais três de clérigos e dois de leigos. Um destes, com justiça, é Luis Odell; porém o outro é Paulo Freire. Nomes históricos no Brasil e na América Latina, profundamente envolvidos com a Igreja, como Erasmo Braga, Sante Uberto Barbieri e outros, não figuram no *Dictionary*.

O breve histórico que se segue, sem maior preocupação cronológica, também, por outros motivos, omite muitos nomes, sobretudo os mais recentes. E ainda falta de tempo para pesquisa mais abrangente (e de espaço) não permitiu mencionar muitas situações e eventos que contribuíram para o nosso ecumenismo. Mas o processo de busca pela unidade não pode deixar de lado referências à Igreja Católica e a acontecimentos nacionais e internacionais que se entrelaçam com a realidade brasileira. Assim como é importante rememorar fatos de uma pré-história das

primeiras tentativas para fortalecer um testemunho evangélico menos dividido — registros que se perdem num passado não suficientemente estudado.

Mais retrocessos do que avanços? Não sabemos — pois a caminhada ainda não terminou. Por enquanto talvez possamos, humildemente, parodiar o poeta — e falar de uma Igreja que poderia ter sido e não foi.

ROMPIMENTO E RENOVAÇÃO

Começo pelos tempos da repressão. Os regimes autoritários que invadiram a América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, polarizaram as contradições da sociedade e, conseqüentemente, das igrejas e suas expressões confessionais e ecumênicas. O contexto político, paradoxalmente, tanto ameaçava como estimulava o testemunho da unidade e ação dos cristãos, produzindo novas manifestações da ecumenicidade. É nesse momento histórico, como veremos, que setores do Protestantismo brasileiro se unem numa abertura ao mundo católico-romano e à nossa realidade social e cultural.

Como foi possível essa extensão do ecumenismo, durante tantos anos limitado a uma superficial "cooperação interdenominacional", a proposta mais avançada da Confederação Evangélica do Brasil (CEB)? Parte da resposta pare-

ce situar-se na década anterior. Entre 1955 e 1964 o quadro ecumênico brasileiro caracterizou-se por uma participação conjunta, numericamente expressiva, embora não oficial, de várias igrejas e instituições protestantes dentro de um movimento de renovação no campo da responsabilidade social. Curiosamente, tal movimento se deu dentro da própria CEB, por meio de departamentos que incorporaram projetos com a participação ativa de membros de várias igrejas não filiadas à Confederação. Essa presença, estranha aos quadros oficiais, chegou a ser bem maior do que o número das igrejas-membros da CEB. Mais ainda, os contatos permanentes com o mundo ecumênico internacional deram nova dimensão às experiências e compromissos que animavam um novo estilo de cooperação.

Quando isso aconteceu, a CEB, fundada em 1934, contava com mais de duas décadas de existência. Nos seus primórdios, estavam iniciativas para consolidar uma Igreja nacional que superasse algumas marcas negativas da obra missionária de imigração, suas divisões culturais, ideológicas e teológicas. Falava-se até mesmo, antes da CEB, em união orgânica e numa espécie de *nacionalização* das igrejas evangélicas. Com o fracasso da fundação de uma Aliança Evangélica Brasileira, em 1903, tentou-se, três anos depois, a fu-

são das igrejas presbiteriana e metodista. Em 1913, quinze igrejas formaram a Aliança das Igrejas Evangélicas Interdenominacionais, que também não prosperou. E até um Seminário Unido, ecumênico, foi constituído no Rio de Janeiro, em 1918, cuja duração, porém, não passou de 1932.

Mas os sonhos da unidade — ou da união — vinham do século anterior, quando padres e leigos convertidos por missionários passaram a defender uma expressão nacional do evangelismo e da instituição eclesiástica, como fizeram o ex-padre José Manoel da Conceição e o engenheiro e oficial Miguel Vieira Ferreira. A vertente nacionalista protestante teria sido influenciada de alguma forma pelo regente Feijó? Ex-sacerdote e político, Feijó não apenas quis legitimar o casamento dos padres, como apoiou missionários protestantes e propôs, em 1838, a realização “de um concílio nacional que separaria o Brasil de Roma” (Émile-G. Léonard). Outro marco para o sonho ecumênico do passado foi o Congresso Regional da Obra Cristã na América Latina (Panamá, 1916), que também estimulou aqueles que propugnavam pela “criação de uma Igreja Evangélica Unida, livre de distinções denominacionais, o que agora se está conseguindo noutros pontos da Cristandade”. Como se lê no relatório do Congresso

do Panamá, tratava-se de uma referência à união de igrejas na Índia e no Canadá.

Tais movimentos, expressando rompimentos e renovações no interior das igrejas evangélicas, tiveram continuidade no passar do tempo e ainda parecem presentes na trajetória de nossa hesitante história ecumênica.

DEPOIS DE 1964

Em 1964 as possibilidades de uma nova fase renovadora — quase revolucionária — do ecumenismo no Brasil foram violentamente rompidas. A experiência de cooperação entre igrejas protestantes no contexto de um compromisso social mais explícito, proveniente dos anos de 1950, abriu caminhos desconhecidos ou pouco trilhados pela maioria das correntes evangélicas. Esse momento de esperanças e prome-

sas não impediu que o dinamismo e o significado de uma fé comprometida com o mundo, de repente se perdessem no rodamoinho da violência repressiva que se manifestou também no interior das igrejas. As novas lideranças foram dispersas.

Todo o processo de busca de uma nova relação com a realidade brasileira desapareceu de um dia para outro. Ficou a expectativa de que o golpe militar teria curta duração, que em breve seriam recuperados os espaços duramente alcançados na década que antecedeu a esse tempo de aflições. Muito material produzido desapareceu, porém muito também se escondeu aqui e ali. A diáspora atingiu pessoas, livros, documentos. Uns poucos conseguiram manter-se no contraditório panorama político e eclesiástico e recomençar um paciente e arriscado trabalho de reconstrução e de comunhão com parcelas da Igreja remanescente do longo passado de divisões e de indiferença ecumênica e social.

Das cinzas, no entanto, surgiram novos movimentos. Sem maior rigor cronológico ou exaustivo, é possível indicar algumas formas que a experiência ecumênica tomou no Brasil, suas estratégias de sobrevivência e de testemunho. Mas o que se expressava antes como *relação* é agora lugar de conflito e medo. O confronto com o Estado — e com determinados setores da Igreja — alcança proporções desconhecidas



O contexto político das décadas de 1960 e 1970 tanto ameaçava como estimulava o testemunho da unidade e ação dos cristãos

daquela geração. As Comunidades Eclesiais de Base não terão nascido como contrapartida dessa repressão interna (eclesiástica) e externa (o Estado)? A Teologia da Libertação não representaria um novo papel teórico-prático? É significativo que ambos os movimentos, ao lado da eleição de uma chapa mais liberal na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, surjam no ano de 1970, no auge das restrições político-militares à vida pública nacional.

É nesse quadro do nascimento de novas instituições ecumênicas, abertas à cooperação entre cristãos de diferentes confissões (em muitos casos com a participação de não-cristãos), que se inserem: em 1961, a Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (Aste); em 1968, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades); em 1970, o Instituto Superior de Estudos Teológicos (Iset), mais tarde Instituto de Estudos da Religião (Iser); em 1973, a Coordenação Ecumênica de Serviço (Cese); e em 1974, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi).

Essas agências sociais continuariam o seu crescimento durante toda a década de 1970, com apoio de entidades internacionais de cooperação. É quando surgem também os centros de defesa dos direitos humanos, comissões de justiça e paz, centros pró-grupos minoritários ou segregados (in-

dios, negros, mulheres); ou organismos voltados para problemas do meio ambiente e qualidade de vida. Essas entidades expressavam os seus compromissos sociais conjugando estudo-pesquisa e ação concreta, predominantemente junto a setores populares marginalizados.

É também o tempo da *popularização* da Igreja. Catolicismo e Protestantismo, sob diferentes formas e compromissos, chegam mais perto do povo, as CEBs de um lado, os pentecostalismos de outro. É a "Igreja do povo", na expressão cunhada por Procópio Ferreira de Camargo. Outros movimentos — JOC, JEC, JUC e seus derivados na educação (Movimento de Educação de Base — MEB) ou na ação política clandestina (Ação Popular) — contam com a cobertura de importantes setores da Igreja Católica e com a participação de muitos jovens evangélicos.

Todos os níveis da Igreja Católica — que assume então papel muito mais comprometido com a realidade social — são atingidos por essa dinâmica, que, no dizer de Ralph Della Cava, "acaba por envolver bispos, pastores e freiras; professores e agentes pastorais; sociólogos, economistas, cientistas políticos e historiadores; jornalistas, teólogos e empregados administrativos da Igreja — numa palavra, os 'intelectuais orgânicos' do pensamento gramsciano" (*A Igreja nas bases em tempo de transição — 1974-1985*). No início dos anos de 1970, diz ainda, a luta "conferiu uma ascendência extraordinária à Igreja do povo dentro da instituição como um todo. Para o mundo exterior, seu compromisso com os pobres e com uma ordem social

mais justa era percebido (ou mal percebido?) como de toda a Igreja."

VALORES E ESTRUTURA

Essa mobilização da Igreja Católica — quase toda a Igreja — não significava rompimento institucional do seu corpo eclesial. No campo protestante, porém, a divisão era real e expressava mais uma vez o espírito do Protestantismo no que concerne à sua tradição separatista. A busca de uma unidade comprometida com a sociedade, justamente no interior de uma estrutura eclesiástica conservadora como a CEB, parecia uma possibilidade que de repente se perdeu. É importante tentar compreender o processo histórico que parecia haver mudado a linha ecumênica da CEB. Voltamos ao passado.

Desde a segunda metade da década de 1940, e durante a década de 1950, um dinâmico trabalho da juventude evangélica havia despontado em várias confissões, estimulado em boa parte por congressos internacionais ecumênicos de jovens: Havana (1946), Buenos Aires (1951), Oslo (1947) — os primeiros promovidos pela União Latino-Americana de Juventudes Evangélicas (Ulaje), o último por entidades européias que constituíram, um ano depois, o Conselho Mundial de Igrejas. Paralelamente a esses encontros, que favoreceram o conhecimento de um mundo cristão muito mais vasto e a descoberta de uma unidade mais profunda no mundo protestante, o movimento das Associações Cristãs de Acadêmicos mobilizava os universitários brasileiros no interior das igrejas evangélicas e estabelecia linhas de estudo e coopera-

ção com movimentos estudantis católicos e com o Departamento da Mocidade da Confederação Evangélica do Brasil, movimento que também se renovou no conjunto das ações da época, em congressos conjuntos regionais e nacionais da juventude evangélica.

Mas é a partir de 1955, como resultado da II Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas (Evanston, EUA, 1954) que essa virada ecumênica se manifesta com maior consistência. Com apoio financeiro do CMI organiza-se no Brasil, em fevereiro de 1955, uma "Comissão de Igreja e Sociedade", constituída por pastores e leigos de várias igrejas evangélicas, que promovem um primeiro encontro nacional em novembro desse mesmo ano, em São Paulo. O tema da reunião — "A responsabilidade social da Igreja" — abriu caminhos para um novo pensamento teológico e ecumênico, assim como marcou a aproximação com instituições seculares e intelectuais preocupadas com a renovação da sociedade brasileira.

O que se seguiu importou num debate crucial: se a Comissão de Igreja e Sociedade, com uma proposta que rompia conceitos e limites ecumênicos vigentes na Confederação Evangélica, deveria incorporar-se a essa entidade ou ter vida autônoma. A decisão favoreceu a entrada no quadro institucional da CEB o "Setor de Responsabilidade Social da Igreja" e resultou em dez anos de crescentes dificuldades internas. Em 1964, antes mesmo do golpe de 31 de março, a diretoria da CEB expulsou dos seus quadros alguns secretários executivos e encerrou as atividades do Setor.

É evidente que estas breves linhas não dão conta da dimensão dos conflitos e crises internas daqueles anos. A evolução da temática que marcou as duas consultas nacionais que se seguiram — "A Igreja e as rápidas transformações sociais do Brasil" (1957) e "A presença da Igreja na evolução da nacionalidade" (1960) — culminou e terminou com a Conferência do Nordeste, em 1962, cujo tema central, "Cristo e o processo revolucionário brasileiro", deu manchetes diárias nos jornais de Recife e nova crise na CEB.

As contradições eram notáveis, a começar pelo fato de que havia uma prática ecumênica na Confederação, mas a palavra ecumenismo era interdita. Por outro lado, talvez ainda mais contraditório, a direção da CEB admitia (ou suportava) a participação de cientistas sociais e outros intelectuais não-cristãos nas consultas do Setor, entre os quais alguns marxistas de renome, mas não permitia a presença de católico-romanos. As diferenças também se manifestavam no tipo de material publicado pelo Setor (e por outros departamentos), cujas divergências teológicas e ideológicas com a linha da CEB fermentaram o conflito definitivo, em 64, com a entrada em cena, literalmente, de elementos da repressão militar. A "dialética entre valores e estrutura", para lembrar a expressão de Roger Bastide, encontrava aí o seu ponto máximo de tensão e de rompimento.

UMA UNIDADE ALÉM DAS IGREJAS

Um dos resultados imediatos da repressão no âmbito da CEB foi um apoio maior do Conse-

lho Mundial de Igrejas, principalmente por intermédio de Igreja e Sociedade na América Latina (Isal), assim como de missões dos Estados Unidos e de setores da própria Igreja Católica. Um comitê composto de latino-americanos e americanos do norte, possibilitou a publicação mensal, a partir de 64, de um pequeno boletim de notícias — o CEI-Centro Ecumênico de Informação, "órgão autônomo de estudos e informação ecumênica". O CEI exerceu durante aqueles anos um papel catalisador e provocador no centro dos acontecimentos repressivos políticos e eclesiásticos. A sua evolução deu origem ao Cedi e à Editora Tempo e Presença, com sua conhecida contribuição ecumênica no Brasil e mesmo além de nossas fronteiras.

As novas lideranças ecumênicas no Brasil entram então na aventura de uma semiclandestinidadade, enquanto alguns se refugiam no exterior. O resultado dessa dispersão marca uma nova etapa: a fundação de numerosas entidades — as Organizações Não-Governamentais (ONGs), algumas já mencionadas — abertas a todas as expressões da Igreja e da sociedade. Esse movimento criativo, com os mais variados formatos, relações e metodologias de trabalho, indica a possibilidade de outra estratégia na relação Igreja e sociedade e uma configuração do ecumenismo em termos distintos e mais amplos do que as trajetórias mais tradicionais.

Dizendo de outra maneira, tudo isso parecia mostrar que as múltiplas tarefas geradas pelo compromisso com o povo não cabiam num formato institucional único, embora a experiência desses organismos não

se constitua, automaticamente, num elemento da unidade nem esteja isenta das novas crises que abalam a estabilidade de relações e conceitos antes solidificados nesse tipo de projeto alternativo — podendo ainda transformar-se numa espécie de *ecumenismo sectário*. Hoje, em muitos casos, tais expressões da sociedade civil se institucionalizaram acima dos propósitos que lhes deram origem e perderam originalidade e autonomia, por vezes atreladas a

cebeu estímulo e ajuda de organismos internacionais. Entre a II Conferência Evangélica Latino-Americana (Cela), em Lima, 1961 (ano em que também se realiza a III Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas) e a III Cela (Buenos Aires, 1969), o movimento ecumênico no Continente alcança notável desenvolvimento institucional. Em 1961 funda-se Isal e a Editora Tierra Nuova. A Comissão Ecumênica Latino-Americana de Educação Cristã (Celadec), voltada para a educação cristã, nasce em 1962. E em 1963 surge Unidade Evangélica Latino-Americana (Unelam), que se consolida dois anos depois, voltado para a unidade da Igreja na América Latina. Estas expressões de uma nova organicidade do processo de unidade estavam fortemente marcadas pelos temas e pela representatividade das duas conferências. Na II Cela, em Lima (41 igrejas, 200 delegados, 28 países), a reflexão se situa entre a dimensão social da teologia protestante e a própria organização do movimento ecumênico em termos geográficos continentais. A III Cela, em Buenos Aires, trata concretamente de temas como a fome e a reforma agrária.

Os ventos renovadores que sopravam do campo católico também são estimulantes. A proposta ecumênica de João XXIII dá origem a projetos de cooperação e de compromisso social. O Concílio Vaticano II, iniciativa sua, do qual participaram representantes de 28 igrejas não-católicas, tinha entre os objetivos promover “a união dos cristãos e a adaptação da Igreja aos tempos modernos”. Em Medellín (1968), a Igreja declara sua opção pelos pobres (o que Puebla refor-

caria em 1979) e prepara o terreno para uma formulação mais explícita da Teologia da Libertação e das próprias CEBs, que assumem, no Brasil, num primeiro momento, uma prática eclesial nova e revolucionária.

O panorama renovador, no entanto, tinha os seus limites. A espantosa multiplicidade das igrejas e movimentos conservadores desponta como obstáculo *interno*, por vezes na mesma “linha-dura” da repressão externa, em muitos casos alinhados numa ação comum com as forças políticas. Este lado desconcertante do destino divisionista e reacionário do universo protestante limitava as esperanças e complicava a análise um tanto otimista do processo em andamento. Apesar de suas divisões, tal dispersão tinha, como até hoje, articulações que se consolidavam ideologicamente em conferências nacionais e internacionais.

Os reveses foram grandes, no Brasil e na América Latina. Isal praticamente desaparece em 1973, com a repressão no Uruguai e na Argentina. A crise em parte também atinge Unelam (73-75) e o surgimento de Ação Social Ecumênica Latino-Americana (Asel-1973). No Brasil há expulsões em igrejas, seminários, colégios evangélicos; além de denúncias, prisões, torturas e desaparecimentos. Propriedades e templos são tomados. A velha polêmica modernismo-fundamentalismo ganha força no contexto político nacional, com apoio de uma elite orgânica do Estado totalitário, fundadora do complexo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Em toda essa trama, novas relações

Catolicismo e Protestantismo chegam mais perto do povo, as CEBs de um lado, os pentecostalismos de outro

estruturas, governamentais ou não, que antes eram objeto de oposição e justificavam com mais clareza a sua existência. De toda maneira, é possível que a resposta hoje ao chamado para a unidade passe por essa multiplicidade de novos organismos, cujo *estilo* talvez esteja mais de acordo com o nosso pluralismo cultural e religioso.

A colaboração aberta entre católicos e protestantes, comum a muitas ONGs, por sua expressão numérica e expansão geográfica, deu nova amplitude à ação ecumênica, ultrapassando o nível confessional ou paroquial.

O CONTEXTO ECUMÊNICO INTERNACIONAL

De muitas maneiras o processo de uma renovação ecumênica voltada para a sociedade, no Brasil e na América Latina, re-

de poder, reais ou fictícias, apóiam-se mutuamente, mas também lutam entre elas na disputa por uma hegemonia da vida social e espiritual.

AS PARAGENS NÃO-ECLÉSIAIS

É nesse confronto de idéias e de ações, de vitórias e de derrotas, que se dá a sobrevivência espiritual, e até mesmo material, dos que optaram pelos riscos da participação. Mas as contradições daquele tempo de muitas maneiras estenderam o horizonte de nossa fidelidade, principalmente em relação às imensas possibilidades que a cultura brasileira oferecia como instrumento de resistência e de entendimento.

A criação da Editora Paz e Terra (nome inspirado na encíclica de João XXIII, *Pacem in Terris*), iniciativa de leigos protestantes e católicos, abriu um campo até então pouco explorado — o da cooperação entre intelectuais cristãos e não-cristãos. Na sua fase inicial, embora perseguida pela ditadura, a editora publicou obras de teólogos e pensadores católicos e protestantes (Harvey Cox, Paul Tillich, Dietrich Bonhoeffer, para citar alguns protestantes). A revista *Paz e Terra*, contudo, era o motor da editora. Os dez números editados, com tiragem mensal de dez mil exemplares, até o desaparecimento da revista em 1970, mantiveram um projeto que se poderia inscrever na categoria de um *ecumenismo secular*. Paradoxalmente, o mundo *externo* à Igreja respondia melhor à proposta da responsabilidade social do que a estrutura eclesiástica onde se havia tentado exercer o testemunho cristão perante o mundo. Os

setores da intelectualidade brasileira, porém, não estavam isentos de muitos dos vícios e pecados das instituições eclesiásticas, como os proselitismos e as cooptações que tão bem conhecíamos; mas naquela conjuntura, essa experiência era a *oikoumene*.

Fora alguns rompimentos definitivos dentro das igrejas, permanecia-se fiel, sempre que possível, à vida paroquial — talvez mesmo porque as suas fronteiras eram ultrapassadas pelo trabalho junto a homens de boa-vontade e a uma luta comum. Com certa perplexidade, é fato, perante as novas identidades que íamos assumindo ao cruzar essas “paragens não eclesiásticas”, no dizer de Gustavo Gutiérrez; e com certa frustração por não termos podido sustentar essa dimensão nos quadros institucionais protestantes. E assim caiu por terra a perspectiva ingênua de que o universo protestante era mais totalizante, que daria conta de toda a tarefa. Melhor, abriu-se um novo espaço que também levou intelectuais e políticos (sempre me refiro a setores específicos) a descobrirem aliados no mundo da Igreja e da fé cristã. Mas essa novidade existencial requeria uma avaliação constante das origens e práticas de cada um na (re)construção de uma real fraternidade baseada na justiça e no amor como elementos da unidade e do compromisso. E aqui a comunidade cristã tanto se distingue como se confunde com o mundo e com aqueles que lutam por uma sociedade melhor.

Qual o resultado, para o Protestantismo brasileiro, desse oscilante movimento da busca e da prática da unidade, vítima tantas vezes de traições

e ambigüidades de poderes seculares e religiosos? A atual configuração institucional do nosso ecumenismo conta com um corpo eclesiástico — o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), fundado em 1982, ao qual pertencem sete igrejas nacionais, entre as quais, o que pode ser uma promissora novidade, a Igreja Católica-Romana. Em outra dimensão, mais dinâmica e mais próxima do pluralismo e da segmentada realidade do Protestantismo, temos a Associação Evangélica Brasileira (AEVB), criada em 1991, com uma composição extremamente aberta tanto a igrejas quanto a instituições evangélicas e à afiliação individual, mais próxima portanto de um “ecumenismo de base” e assim relativizando talvez a tendência histórica de uma unidade ecumênica hierarquizada e de especialistas. E em termos continentais, o Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), organizado em 1982, oferece uma diversidade incomum aos círculos ecumênicos nacionais.

Estas experiências, somadas a centenas de organismos não-governamentais de natureza ecumênica (cujo poder institucional e econômico, apesar das crises atuais, ultrapassa o das entidades eclesiais), oferecem fértil campo de análise da verdadeira dimensão do movimento ecumênico no Brasil; e um paradigma para a revisão que as igrejas devem sempre fazer em relação à unidade e à cooperação no contexto do seu compromisso com a sociedade.

Waldo Cesar é sociólogo e jornalista.

ESFORÇOS PELA UNIDADE EVANGÉLICA

Diversas organizações brasileiras e latino-americanas têm pautado seu trabalho na intenção de, sob diferentes formas, promover a unidade evangélica. Longe de esgotar todas elas, DEBATE apresenta a experiência de seis entidades, algumas das quais com uma abertura ecumênica clara e outras com ênfase no convívio entre evangélicos.

OS CAMINHOS DO CLAI

Sérgio Marcus Pinto Lopes

A busca da unidade será feita em unidade. Ou não será jamais alcançada. Isto é, a unidade não pode ser outorgada. Tem que ser alcançada e construída, num penoso mutirão que envolva a todos os que a julgam indispensável à própria vida.

Em relação às igrejas, esta verdade é ainda mais evidente. Se elas houverão de confessar "um só Senhor, uma só fé, um só batismo", terão que encontrar esse caminho por um esforço que elas mesmas, em unidade, sigam empreendendo.

Daí a importância de um conselho de igrejas, um espaço para o encontro, a reflexão conjunta, o intercâmbio de perspectivas e visões, a comunhão que permita o mútuo conhecimento e o amor recíproco no trabalho unido.

Este conselho, no entanto, para que possa refletir a realidade em meio à qual se encontram tais igrejas e que as condiciona e as caracteriza, precisa preocupar-se com o ambiente sociopolítico em que elas medram e se desenvolvem. Por isso tem que trabalhar com as questões do dia-a-dia que afetam as comunidades eclesiais, especialmente aquelas que criam situações, que propiciam o sofrimento, adubam a opressão e reproduzem a alienação e a morte.

Daí um Conselho que é de Igrejas e que é Latino-Americano. Daí o Clai.

Nascido de um processo longo de difíceis diálogos entre as igrejas, de origens fincadas no início do século XX, ainda em tempos em que elas eram administradas pelas juntas missionárias estrangeiras, o Clai assinala o Congresso do Panamá (fevereiro, 1916) como a primeira assembleia das igrejas no Continente.

Este gerou outros encontros na América Latina e

no Caribe e que são marcos na história do Conselho. Entre estes devem ser citados os Congressos de Montevideu (1925) e de Havana (1929) e as Conferências Evangélicas Latino-Americanas (Buenos Aires, 1949; Lima, 1961; e Buenos Aires, 1969). Em 1962 um grupo de leigos criara uma das mais notáveis iniciativas ecumênicas no Continente, conhecida como Igreja e Sociedade na América Latina (Isal). Foi Isal que proporcionou as condições para que se organizasse um movimento oficial das igrejas, constituído em 1964, com o nome de Comitê Provisório pró-Unidade Evangélica Latino-Americana, Unelam. Entre 1970 e 1975, Unelam realizou uma série de estudos sobre as mais variadas questões que afetavam a vida no Continente e o serviço das igrejas, como o racismo, a opressão e o papel da mulher, o papel dos missionários estrangeiros na América Latina e outros.

Ao término desse período, Unelam destacou a necessidade de um organismo que representasse mais consistentemente as igrejas e convocou a Assembleia de Oaxtepec, México, 1978, quando elas final-



mente decidiram estabelecer o Clai (em formação). A Assembléia Constitutiva se reuniu em Huampani, Peru, em 1982. Duas outras Assembléias Gerais (Indaiatuba, SP, Brasil, 1988; e Concepción, Chile, 1995) têm dado continuidade ao processo de amadurecimento e contínua adequação do Conselho às tarefas que as igrejas vêm exigindo dele.

Nestes dezessete anos desde Oaxtepec, o CLAI tem trazido evangélicos tradicionais, anglicanos e pentecostais à comunhão; tem-se envolvido em negociações internacionais de paz; tem promovido a pastoral de consolação e solidariedade; tem afirmado uma pastoral para os povos indígenas e para os negros; tem apoiado o trabalho da evangelização, reconhe-

cido o espaço das mulheres e das crianças e propiciado a renovação litúrgica das igrejas. É hoje reconhecido como um dos mais importantes interlocutores ecumênicos na América Latina e no Caribe.

Sérgio Marcus Pinto Lopes, pastor metodista, foi secretário Regional do CLAI para o Brasil e integra a diretoria de KOINONIA.

ASTE: EDUCAÇÃO TEOLÓGICA A SERVIÇO DA UNIDADE EVANGÉLICA

Luiz Longuini Neto

A educação teológica é tão antiga no Brasil quanto o próprio Protestantismo brasileiro. O processo de educação ou treinamento dos pastores esteve sempre presente na vida das igrejas protestantes brasileiras, quer as de imigração como as de missão. Fiéis às origens, essas mesmas igrejas conceberam e colocaram em prática um processo de educação teológica puramente confessional. Processo este, que, se por um lado tem os méritos do pioneirismo e da ousadia, por outro, deixou muito a desejar no que diz respeito à cooperação e compreensão do contexto socioeconômico e político do Brasil.

PROJETO MISSIONÁRIO MUNDIAL: O BERÇO DA COOPERAÇÃO NA EDUCAÇÃO TEOLÓGICA

A Aste foi fundada "oficialmente" no dia 20 de dezembro de 1961. Podemos falar "oficialmente" porque ela é fruto de um processo que teve início na Assembléia do Conselho Missionário Internacional (IMC) em Ghana no ano de

1958. Nessa mesma assembléia foi criado o Fundo de Educação Teológica (FET) com a finalidade de fazer avançar a educação teológica nas "jovens igrejas" da Ásia, África e América Latina. Nos inícios da década de 1960 a Confederação Evangélica do Brasil (CEB) mediou o diálogo entre o FET e as igrejas protestantes no Brasil. Tal diálogo redundou mais tarde na fundação da Aste, que conseguiu, já no início reunir seminários de igrejas que não pertenciam à CEB.

ASTE: A UNIDADE EVANGÉLICA COMO SÍMBOLO DA RESISTÊNCIA

A CEB foi, sem dúvida alguma, a mais bela expressão de unidade evangélica que o Protestantismo brasileiro viveu até os dias de hoje. Com o golpe militar de 1964 e a conseqüente perseguição aos líderes das igrejas protestantes comprometidos com os menos favorecidos, a CEB foi extinta. Precisamos ressaltar, no entanto, que durante aproximadamente dez anos a Aste foi a única instância visível de unidade evan-

gética no Brasil. Foi portanto, a guardiã, o remanescente fiel, que lutou e preservou o espaço de unidade com criticismo, autenticidade e independência. Aos menos avisados, seria bom lembrar que o escritório da Aste em São Paulo foi invadido pelos agentes da "segurança nacional" e suas atividades colocadas sob suspeita.

Destacamos também que, entre 1965 e 1975, aconteceu em plano mundial uma das mais importantes "viradas" na concepção e execução do projeto mundial de educação teológica encampado naquela época pelo Conselho Mundial de Igrejas e articulou-se um novo conceito de Educação Teológica Contextualizada. Nesse particular a Aste, pela participação de brilhantes teólogos brasileiros, deu uma relevante contribuição ao referido processo.

ASTE: A UNIDADE EVANGÉLICA COMO SÍMBOLO DE SERVIÇO

No atual multifacético, multicolorido e multirreligioso

"mundo protestante" brasileiro, sinto-me envergonhado ao ver a falta de lisura histórica, honestidade acadêmica e posturas éticas que permeiam as propostas de certos grupos que, advogando a defesa da unidade evangélica no Brasil, disfarçam seus verdadeiros interesses que são nada mais nada menos que uma luta pela hegemonia.

A Aste manteve e mantém até hoje uma autoridade em nível de educação teológica no Brasil alicerçada nos seus anos de serviço e compromisso com a unidade da Igreja de Cristo. Destacamos as publicações da Aste. Não existe pastor ou teólogo sério hoje no Brasil que não tenha baseado boa parte de seus estudos nos livros publicados pela Aste. Há que ressaltar que esta foi desde o início a preocupação básica do FET: prover bibliografia teológica para a formação das "jovens igrejas". Destacamos também a publicação periódica da Revista Simpósio. Outra contribuição fundamental da Aste têm sido os seminários e congressos para professores e alu-

A Aste manteve e mantém até hoje uma autoridade em nível de educação teológica no Brasil alicerçada nos seus anos de serviço e compromisso com a unidade da Igreja de Cristo

nos e a conseqüente publicação desse material. A Aste foi pioneira no Brasil em estudar, por exemplo, o Pentecostalismo e até mesmo o Catolicismo. Também buscou, articulou e forneceu condições a fim de que teólogos brasileiros pudessem ter uma formação teológica mais completa, para os padrões da época, tanto nos Estados Unidos da América como na Europa.

CONCLUSÕES

Percebe-se claramente que a Aste foi fruto de um projeto missionário mundial, ou seja, era a missão fazendo educação teológica. Hoje já está mais que na hora de pensar a educa-

ção teológica como um dos pontos de partida para se pensar e fazer Missão.

A Aste foi fruto de um desejo e de uma necessidade das igrejas protestantes do Brasil. Houve época em que era a única instância visível de unidade evangélica no Brasil. Hoje ela é apenas mais uma nesse grande "mercado religioso brasileiro de bens simbólicos". Há uma necessidade premente da Aste trabalhar cada vez mais dentro de sua especificidade. Fazer o que só cabe a ela fazer, fazer o que ela tem competência para fazer: continuar lutando para preservar as bases de uma educação teológica no Brasil onde a unidade evangélica seja respeitada.

Na conclusão do meu livro sugiro que a Aste deixe de ser *para* o estudante de teologia e passe a ser *do* estudante. É a única maneira dela recuperar o seu vigor e a sua relevância para a educação teológica no Protestantismo brasileiro.

Luiz Longuini Neto é teólogo, presbiteriano e colaborador de KOINONIA.

MEP: ÉTICA EVANGÉLICA NA POLÍTICA

Paul Freston

O Movimento Evangélico Progressista (MEP) acaba de celebrar seu Primeiro Congresso Nacional (maio de 1995, em Belo Horizonte). Não foi uma megaconcentração religiosa como tantas hoje, mas as conseqüências para o Reino de Deus e para a história do País poderão ser bem maiores.

O MEP começou em 1990 como tentativa de diferenciar a política evangélica após os es-

cândalos da bancada evangélica na Constituinte e o papel evangélico na eleição de Collor. O MEP se vê como movimento (uma associação suprapartidária), como evangélico (valorizador da Bíblia, da evangelização, da conversão e da oração) e como progressista (comprometido com mudanças estruturais). Incentiva a filiação a fóruns nacionais "de Discussão e Entendimento entre

Evangélicos e Partidos Progressistas" realizados em Campinas em 1991 a 1993, com a participação de parlamentares não-evangélicos como Roberto Freire, José Genoíno e José Dirceu, e de líderes evangélicos como Ricardo Gondim, Valdir Steuernagel, Ivênio dos Santos, Guilherme Ker e Robinson Cavalcanti.

O surgimento do MEP foi facilitado por vários fatores. O

colapso do comunismo enfraqueceu a associação da esquerda com o ateísmo militante. Os partidos progressistas começaram a buscar novas bases sociais. Mas o ponto fundamental foi a conjuntura do País: a democracia restaurada num contexto de crise econômica e política. O surgimento da ética como tema político importante e o fiasco do governo Collor fortaleceram a tendência. O crescimento das igrejas, de um lado, e o crescimento da miséria, da fome, da violência e da deterioração ética da vida pública, do outro, têm produzido uma nova consciência política em amplos segmentos evangélicos.

ESFORÇO DE ARTICULAÇÃO

Herdeiro da tradição progressista no Protestantismo brasileiro, o MEP representa um esforço de articulação que visa mudar o perfil político da Igreja e contribuir para a transformação do País. Expressa o grande desejo latente de mudanças entre os evangélicos, os quais são precisamente a maior força emergente da sociedade brasileira (15% da população, sobretudo nas camadas populares, e em rápida expansão). Recente pesquisa de condições de vida na Grande São Paulo, da Fundação Seade, concluiu que "as pessoas estão trocando os partidos e os sindicatos pelas igrejas". De 1990 a 1994, a porcentagem que participa em algum grupo político caiu pela metade, e a que frequenta uma igreja dobrou. O futuro político dessa enorme comunidade evangélica ainda está por ser decidido, o que será fundamental para toda a população do País.

À luz do seu próprio amadu-

recimento e dos resultados das eleições gerais de 1994 (uma bancada evangélica de 30 parlamentares, altamente conservadora), o MEP decidiu se estruturar mais. Foi eleita

O MEP tem nomes destacados, mas não tem dono

uma direção nacional, composta de: Robinson Cavalcanti (cientista político e pastor anglicano); Joaquim Brito (presidente do sindicato dos urbanitários de Alagoas, ex-presidente estadual da Central Única dos Trabalhadores—CUT e vice-presidente da Convenção Batista Alagoana); Luiz Cavalcanti (pastor pentecostal, membro da executiva estadual do PPS); Saulo Baptista (metodista, membro da direção nacional do PSB); Gessé Dornelas (presbiteriana, secretária municipal em Belém); Carlos Queiroz (pastor da Igreja de Cristo, dirigente da Visão Mundial no Ceará); e José Carlos Veridiano (vereador do PT em Itabuna/BA, membro da Assembléia de Deus). O próximo congresso do MEP será em 1996, em Maceió.

FORMAÇÃO DE QUADROS

Além de fortalecer o trabalho de conscientização que vem realizando nos últimos anos (por meio de congressos, fóruns, palestras, livros, artigos em publicações religiosas e políticas, contato pessoal e presença nos partidos), o MEP agora pretende atuar também

O HORIZONTE SAÚDA OS PARTICIPANTES DO
SSO NACIONAL DO MOVIMENTO EVANGÉLICO PROGI
que corra justiça... (Arca, 5.24)



Alexandre Brasil

nas áreas de formação de quadros políticos evangélicos e, possivelmente, de candidaturas. Embora a política não se reduza a eleição e parlamentos, o fato é que as "bancadas evangélicas" têm determinado muito a imagem pública. O povo evangélico está sedento de modelos sólidos. Mas o potencial dos evangélicos progressistas não é traduzido em visibilidade. Isso porque os corporativistas e triunfalistas têm tudo na mão: máquinas denominacionais, televisão, rádios, jornais, púlpitos abertos para eles, dinheiro... O MEP precisa apresentar alternativas sadias de presença protestante na vida pública.

Existem perigos nessa decisão. Mas nos seus cinco anos de existência, o MEP tem procedido com cautela. Não é como essas entidades com nomes pomposos que surgem em épocas eleitorais como vínculos disfarçados para a candidatura do próprio líder. O MEP tem nomes destacados, mas não tem dono. É um movimento genuíno, a parte articulada de um sentimento mais difuso. Sua trajetória futura poderá ser fundamental para o destino do fenômeno evangélico no Brasil, e relevante para o destino do próprio País.

Paul Freston é teólogo e sociólogo. Autor do livro *Evangélicos na política brasileira: história e desafio ético*.

SBB: UNINDO EVANGÉLICOS EM TORNO DA BÍBLIA

Levy Carneiro de Oliveira

As primeiras Bíblias chegaram ao Brasil no ano de 1567, trazidas pelos calvinistas da França. A semente caiu em terra fértil e a partir desse momento ficou decretado que aqui ela iria crescer e frutificar, era apenas uma questão de tempo.

Em 1854 a Sociedade Bíblica Americana nomeou o seu primeiro agente no Brasil. Começava, dessa forma, uma das mais notáveis missões com características evangelísticas e sociais de nossa pátria. Dois anos mais tarde (1856) a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, num gesto de ousadia e confiança, estabeleceu o primeiro depósito de Escrituras Sagradas em nossa terra, mais precisamente no Rio de Janeiro.

Um passo decisivo foi dado em 1942 quando as Sociedades Bíblicas Britânica e Estrangeira e Americana fundiram-se numa só e transformaram-se em Sociedade Bíblica Unida e desta união resultou a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) cuja data de fundação é 10 de junho de 1948.

No dia 4 de novembro de 1965, o governo brasileiro,

considerando o valor histórico, cultural e filantrópico da Sociedade Bíblica do Brasil, conferiu-lhe o título de Utilidade Pública Federal e já em 1966 era a SBB agraciada com o registro definitivo.

A Sociedade Bíblica do Brasil é uma organização sem fins lucrativos e sem nenhuma cor denominacional. O nosso propósito, razão da nossa existência, é distribuir a Palavra de Deus (bíblias, novos testamentos e porções bíblicas) para todas as pessoas que queiram ler e conhecer o texto sagrado.

TAREFA SOCIAL

Neste contexto incluem-se os cegos e analfabetos que jamais foram esquecidos. Para essas situações produzimos as Escrituras Sagradas em braille e em fitas-cassete.

Além de distribuir a Palavra de Deus, a SBB cumpre a tarefa de promover assistência social, por exemplo o Barco "Luz na Amazônia" que distribui remédios, roupas e alimentos à população carente.

Mas isso ainda não é tudo. Graças aos esforços e contri-

buições de milhares de brasileiros e estrangeiros, estamos construindo a Gráfica da Bíblia com o objetivo de aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das bíblias e porções que hoje colocamos à disposição dos leitores.

A distribuição da Palavra de Deus vem crescendo maravilhosamente no Brasil, neste ano de 1995 só a SBB provavelmente alcançará os dois milhões de Bíblias. Com a Gráfica da Bíblia em atividade, nos próximos três anos, esse número subirá para três milhões.

A Sociedade Bíblica do Brasil detém e edita os textos mais lidos e apreciados em todo o País.

A população evangélica cresce em torno de 8% ao ano, indiferente às crises ou problemas sociais. Mas o nosso otimismo origina-se especialmente na fé e nos fundamentos do amor cristão.

Levy Carneiro de Oliveira é gerente de marketing da Sociedade Bíblica do Brasil e membro da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

AEVB: DE EVANGÉLICOS PARA EVANGÉLICOS

Teresa Cristina Abreu

A Associação Evangélica Brasileira (AEVB) foi criada em 1991 por um grupo de trezentos líderes evangélicos de diversas denominações e de várias partes do País, reunidos com o objetivo de criar uma entidade que desse representação legal aos evangélicos.

Caio Fábio D'Araújo Filho, eleito presidente já em segundo mandato, sentia o chamado de Deus para entrar nos presídios e nos hospitais públicos do País a fim de falar do amor regenerador de Cristo aos encarcerados e hospitalizados, mas foi impedido, pelo fato de

que, para haver uma Capelania Evangélica, se fazia necessário comprovar quantitativamente sua representatividade.

Paralelamente, cresciam os escândalos causados por políticos ditos evangélicos, denegrindo a imagem do povo de Cristo na mídia, e nenhuma

voz se levantava efetivamente para separar o joio do trigo.

Foi quando esses trezentos insatisfeitos líderes evangélicos, pondo de lado as diferenças denominacionais que sempre impossibilitaram a unidade da Igreja no Brasil, decidiram criar, em 1991, um órgão de representação evangélica que servisse de referencial para os próprios evangélicos, para os órgãos de informação e para os poderes públicos, em todas as instâncias.

A AEVB tem se manifestado profeticamente, em nome dos evangélicos a ela associados, nos momentos de relevância da vida nacional, como as chacinas de Vigário Geral e da Candelária, no Rio de Janeiro, em 1993; no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello; e sempre que se requer um parecer do ponto de vista evangélico. A imprensa aprendeu a respeitar e acatar a opinião emitida pela AEVB,

AEVB pretende ser referencial para evangélicos, órgãos de informação e poderes públicos

que se tornou efetivamente um referencial para a mídia secular.

O sonho inicial de Caio Fábio D'Araújo Filho vem se cumprindo, e a AEVB atua fortemente nos principais presídios do Rio de Janeiro, como Bangu I e Milton Dias Moreira.

A Capelania Hospitalar da AEVB tem atuação expressiva em São Paulo. Há também Secretarias Especiais da Criança, de Ética, de Política, de Teologia.

Atualmente conta com cerca de cinco mil associados, entre membros de diversas denominações históricas, pentecostais e neopentecostais e pessoas jurídicas, que incluem seminá-

rios, hospitais, missões e entidades evangélicas em geral.

Em dezembro passado, a AEVB deflagrou a campanha "Rio, Desarme-se!", que obteve total apoio da população carioca, mesmo não-evangélica. Mais de trinta favelas da cidade foram visitadas pelo exército de Cristo que, armado da Palavra de Deus, pregou a paz e o desarmamento. Ainda está em vias de finalização o monumento à paz, a ser construído no Centro do Rio, com as armas entregues pela população carioca do asfalto, e também por traficantes.

A AEVB edita mensalmente um informativo oficial, distribuído gratuitamente para 13 mil cadastrados, todos evangélicos, entre pessoas físicas e jurídicas, do Brasil inteiro, o jornal "Convergência".

Teresa Cristina Abreu é assessora de Comunicação da AEVB.

FTL: FORTALECENDO A IDENTIDADE EVANGÉLICA

Isabelle L. da Silva

A Fraternidade Teológica Latino-Americana (FTL) foi fundada em Cochabamba, em dezembro de 1970. É filha do I Congresso Latino-Americano de Evangelização (Clade I-1969, Bogotá) e passou a gerar o Clade II (1979, Lima), e o III (1992, Quito).

Clade I foi uma busca de fundamentos que serviriam como ponto de partida para o povo que se via como evangélico e latino-americano. Valdir Steuernagel, presidente da

FTL, pontua que "naquele contexto, era urgente a busca de uma teologia da encarnação que estabelecesse as pautas para um diálogo com a situação de sofrimento e opressão que se vivia por todo o continente".

Clade II focalizou o Reino de Deus e visava principalmente estimular a mobilização dos evangélicos do Continente para uma evangelização autêntica e eficaz.

Uma tensão fecunda resul-

tou da tentativa de integrar reflexão teológica profunda e contextualizada com ações concretas com vistas à evangelização e ao serviço social. Favorecer o respeito mútuo, o diálogo e a cooperação entre pragmáticos e teólogos propiciou soluções criativas em prol da unidade da Igreja fundamentada no respeito das diferenças vistas como enriquecedoras em vez de ameaçadoras.

O itinerário teológico da FTL brota da missão num diá-

logo permanente entre ação e reflexão. Ele se desenvolve debaixo da autoridade suprema das Sagradas Escrituras, da direção soberana do Espírito Santo e do Senhorio de Jesus Cristo. A contextualização implica ouvir o clamor dos que têm fome e sede de justiça, dos marginalizados, das famílias destruídas, das mulheres despojadas do uso de seus direitos e dos jovens entregues ao vício ou empurrados para a violência.

Na sua caminhada, a FTL propiciou uma reflexão dinâmica, descentralizada, atenta aos sinais do tempo e consciente da ambigüidade dos processos históricos que precisam ser avaliados na perspectiva do Reino. Ela se contrapôs ao anti-intelectualismo básico do mundo evangélico e revalorizou uma reflexão teológica que não esteja divorciada da vida, mas que, pelo contrário, esteja a serviço de uma maior eficiência.

Clade III teve como tema "Todo o Evangelho, para todos os povos, a partir da América Latina" e se propôs considerar as implicações missiológicas, missionárias e éticas que resultam do crescimento da Igreja Evangélica. O documento final aponta, entre outros desafios: o respeito das culturas e sua avaliação à luz da Palavra; o compromisso com a herança da Reforma, mas a necessidade de uma reforma permanente; a unidade da Igreja, imprescindível para a coerência do nosso testemunho acerca do Evangelho que traz reconciliação.

O Continente em crise tem presenciado a corrupção das instituições e medidas econômicas neoliberais inadequadas para promover a justiça social. O Evangelho do Reino desafia

a Igreja a afirmar e promover a vida, assumindo sua responsabilidade social e política por uma participação crescente na sociedade. Toda a Igreja é missionária e chamada a encarnar sua missão conforme o modelo de Jesus, cruzando fronteiras geográficas, culturais, sociais, lingüísticas e espirituais, com todas as suas consequências.

Samuel Escobar considerou o Clade III a assembléia mais representativa do Protestantismo latino-americano do século XX. Os 1.080 participantes vinham de todos os segmentos da Igreja, revelando assim um novo espírito de cooperação; muitos pertenciam à nova ge-

Toda a Igreja é missionária e chamada a encarnar sua missão conforme o modelo de Jesus

ração, garantindo a renovação do movimento.

A FTL reafirma sua vocação teológica num momento em que a experiência, os sinais, o *marketing* e os números parecem ter a exclusividade da popularidade. A FTL se espalhou em toda a América Latina sem negligenciar a importância fundamental dos núcleos locais para a elaboração de uma teologia participativa, interdisciplinar e contextualizada. A teologia nasce do compromisso e da vivência eclesial na medida em que a Igreja está comprometida com a missão integral. Trata-se de uma fraternidade porque preza o espírito de irmandade e comunhão no cumprimento da tarefa missionária. Ela é teológica enquanto

plataforma de reflexão e diálogo, a partir das Escrituras.

A FTL, setor Brasil, tem realizado consultas nacionais regulares. O tema escolhido em 1991 foi "Relação masculino-feminino: em busca de saúde e obediência". Em 1993, consideramos os "Caminhos e Rumos da Igreja Evangélica Brasileira". Constatou-se o papel patogênico e asfíxiante das instituições religiosas. Fomos convidados a caminhar além dos sinais até o próprio Cristo, resgatando a centralidade da cruz e uma espiritualidade encarnada no gesto simples do cotidiano a partir de um vínculo de intimidade com o Deus triúno.

Concluiremos com Valdir: "Neste final de milênio, a religião está de volta ao palco, bela e formosa... O desafio de ontem requeria de nós que não perdêssemos de vista a transcendência da fé enquanto acentuávamos a dimensão da encarnação dessa mesma fé. O desafio de nossos dias requer que não se perca de vista o caráter absoluto da fé e a radicalidade conversionista e ética do Evangelho... É preciso discernir que a abertura para a religião não é sinônimo de sede do Deus da Bíblia. Que a busca da experiência não nos leva, necessariamente, aos pés da cruz... E, se não chegarmos a este encontro com o Cristo da cruz, tudo o que temos é movimento religioso".

Isabelle L. da Silva é psicóloga e 2ª vice-presidente da FTL-B.

AS PERIPÉCIAS DO BARCO ECUMÊNICO EM MARES TURBULENTOS

Algumas observações sociológicas sobre a crise do "ecumenismo institucionalizado"

Leonildo Silveira Campos

Que dificuldades o ecumenismo enfrenta no momento atual e como podem ser interpretadas? Como a atuação e o discurso dos vários organismos envolvidos com a unidade cristã podem ser enxergados através dos óculos das ciências da religião ou de uma sociologia que tome o conflito como critério de análise? Que mudanças estão ocorrendo no contexto em que tais organismos atuam?

As reflexões a seguir têm por objetivo muito mais estimular um debate sobre tais perguntas do que oferecer formulações prescritivas. Até porque o caminho para essas respostas terá de ser aberto entre destroços acumulados por teorias desfeitas, paradigmas em decomposição e, agora, desânimo e desilusões de muitos ativistas.

O panorama se confunde ainda mais com o surgimento de muitas novas siglas que reivindicam o rótulo de "movimento ecumênico", quase todas escondendo alianças, estratégias e cristalizações de lutas distintas que estão ocorrendo no interior do campo religioso. Torna-se difícil colocar tais entidades dentro de um mesmo esquema classificatório, sob o mesmo diapasão.



QUANDO AS ÁGUAS SE AGITAM

O panorama sociocultural do Ocidente encontra-se agitado em todos os seus níveis. Suas instituições, entre elas as religiosas, sofrem profundos deslocamentos e enfrentam uma situação de "crise endêmica". O campo religioso, embora seja um espaço social semi-autônomo, incorpora parte dessas tensões e provoca no movimento ecumênico, por sua vez, profundas e questionadoras mudanças. Realmente as águas que movem os moinhos dos movimentos religiosos estão sofrendo outros tipos de canalizações e interferências. Consequentemente, os antigos parceiros perdem força e os novos movimentos religiosos (NMRs) se mostram arredios aos acenos ecumênicos, recusando o papel

de interlocutores no diálogo religioso.

As mudanças havidas no cenário sociocultural podem ser mais bem compreendidas sob o conceito *ecologia organizacional*. Este conceito foi criado pelos estudiosos das organizações para dar conta de um novo panorama que afeta as mais diversas formas de organizações no mundo atual. Este contexto,

se por um lado desloca algumas organizações e as leva à decadência e à morte, por outro lado estimula a reestruturação de outras, que retomam forças e se reorganizam para navegar sob os novos ventos.

O barco do ecumenismo navegou durante muitos anos em situação de relativa calmaria. Atualmente, assim como tantas outras instituições ocidentais, ele deixa áreas mais ou menos *estáveis* e passa a navegar em mar de muita *turbulência*. Anteriormente havia uma situação monopolizada pelas igrejas e denominações cristãs. O campo religioso experimentava uma estabilidade secular, quebrada apenas por eventuais cisões aqui ou acolá. Depois chegaram as religiões orientais e, logo mais, uma infinidade de manifestações religiosas, reu-

nidas debaixo do guarda-chuva denominado novos movimentos religiosos.

Hoje há um clima de intenso pluralismo, inúmeros NMRs disputam a preferência de um público predisposto a trocar o Cristianismo institucionalizado por novas formas de expressões religiosas. Surgem, mesmo no interior do Cristianismo (Neopentecostalismo, por exemplo), movimentos contrários às tradicionais formas de se institucionalizar a fé cristã. Este novo clima de turbulência traz consigo uma fluidez e vitalidade incompatíveis com velhos esquemas de se gerir o sagrado.

Essas transformações "ecológicas" provocaram mudanças na textura causal dos ambientes organizacionais e nas respectivas capacidades de mobilizar pessoas, de fazer planejamentos estratégicos e de se desfazer de pesadas heranças institucionais atualmente obsoletas. Agilidade, rapidez, dinamismo e eficiência se tornaram qualidades indispensáveis à sobrevivência das organizações. Por isso, ganham espaço no campo religioso muito mais os movimentos do que as instituições. Isso porque estas se movem vagarosamente e trazem consigo fórmulas cristalizadas, toda uma tradição e até um rico patrimônio acumulados nas "gloriosas" lutas do passado que se foi.

Vive-se neste momento, em termos religiosos, o que Peter Berger chamava, nos anos de 1970, de passagem de uma *situação de monopólio* para uma *situação de mercado* (Peter Berger, *O Dossel Sagrado*). Na situação atual as alianças e parcerias são dominadas por lógicas diferentes daquelas que prevaleciam anteriormente.

Até mesmo a forma de adesão das pessoas a esta ou àquela instituição sofreu alterações. Ninguém mais adere em bloco, automaticamente ou por pressão familiar, comunitária, a movimentos ou a entidades. As adesões são agora disputadas por entidades, que usam estratégias de *marketing*, tal como

O panorama se confunde ainda mais com o surgimento de muitas novas siglas que reivindicam o rótulo de "movimento ecumênico"

disputam os consumidores nos vários segmentos do mercado.

A reação do movimento ecumênico, diante do colapso dos mecanismos tradicionais de cooperação, tem sido de uma enorme perplexidade e também, em algumas áreas, de uma frutífera busca de novas alternativas de "navegação" social. Essa disposição de busca de novos instrumentos de ação implica a desmontagem de algumas armadilhas. Entre várias delas analisaremos apenas duas: a *institucionalização* e a *representatividade*.

A ARMADILHA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

O movimento ecumênico, como todos os demais, surgiu num contexto histórico peculiar e esteve, desde o início, vinculado a situações sociais específicas. Como movimento ele é herdeiro de várias movimentações anteriores que desaguarão, em 1948, no Conselho Mundial de Igrejas. A passagem da categoria de *movimen-*

to para instituição trouxe para o ecumenismo, respeitabilidade, verbas, sede, enfim, tudo o que se exige de uma organização social representativa. A partir de então, as decisões do "mundo ecumênico" passaram a depender de longas discussões e de eficientes alianças, tecidas em assembleias, formadas por representantes de entidades portadoras de força desigual.

A institucionalização do ecumenismo garantiu, para a sua sobrevivência, o capital econômico e o simbólico, tão necessários para se cimentarem quaisquer redes de sustentação. Contudo, ao deixar de ser especificamente um *movimento*, o ecumenismo adquiriu todas as características próprias de uma grande organização — gigantismo, regras para se obter o sucesso e um corpo estável de funcionários, cuja incumbência é a de dar continuidade aos objetivos do movimento.

Entretanto, a construção de um corpo social com tal tamanho gera tensões entre a instituição e o evento. E há, portanto, momentos em que as bases se sentem distantes das "cúpulas" e as decisões, mesmo dos representantes, são vistas como "escolhas deles lá", que pouco nos "afetam aqui". Multiplicam-se, ao lado das disputas por cargos e privilégios, acusações de que há os que "vivem para o ecumenismo" e outros que "vivem do ecumenismo". A nosso ver, tais rotulações são conseqüências naturais das condições humanas e o custo inevitável de todo o processo de institucionalização de qualquer movimento.

Além dessas armadilhas, contidas no processo de institucionalização, há também o

que Bourdieu chama de "fetiche político"; ou seja, aquela situação em que "pessoas, coisas, seres que parecem não dever senão a si mesmos uma existência que lhes foi dada pelos agentes sociais" (Pierre Bourdieu, *Coisas ditas*). Em outras palavras, qualquer instituição religiosa pode, por ilusão de sua burocracia, distanciar-se do solo dinâmico e fecundo que a gerou, colocar-se numa alta torre, de onde pretende dar continuidade à "busca da unidade cristã" articulando um discurso que não mais interessa aos consumidores de suas mensagens. Nesta situação, a liderança passa a pregar no deserto, sem que disso se a perceba.

Aqui está o duplo risco da armadilha da institucionalização. Se por um lado, todo o movimento tende a se tornar uma instituição para sobreviver, por outro a instituição tende a se petrificar e pode levar o movimento a se exaurir, mesmo dentro de uma exuberante instituição. A descoberta do mundo da luta, da guerra e da disputa, que exige um repensar das estratégias empregadas, pode eventualmente exigir das entidades ecumênicas um amplo esvaziamento institucional. Esta talvez seja a única forma possível de sobrevivência para o ecumenismo, isto é, de alinhamento ao lado dos excluídos e proscritos, neste novo cenário a ele tão desfavorável.

A ARMADILHA DA REPRESENTATIVIDADE

Como foi dito acima, o "ecumenismo institucional" corre o risco de se constituir em algo distanciado do "ecumenismo prático" das bases. Quando

O "ecumenismo institucional" corre o risco de se constituir em algo distanciado do "ecumenismo prático" das bases

ocorre esta cisão, a instituição passa a se alimentar de suas bases. Ou melhor, a instituição devora o movimento, construindo então, para perenizar tal situação, mecanismos de dominação e não de representatividade e de serviço. Mas, em que sentido a representação não é uma usurpação provisória ou definitiva do poder emergente das bases?

A representatividade é um problema sociológico e político, muito importante para to-

dos os organismos sociais, inclusive para aqueles formados por representantes vindos de várias entidades e movimentos. Que relações podem se estabelecer entre a soberania das bases e a ação dos representantes? É possível uma representação plena que não afete a soberania dos representados? Este problema, desde J. J. Rousseau, faz parte do rol de preocupações dos estudiosos da sociedade humana.

A representatividade surge e é mais intensa quando indivíduos ou instituições vivem períodos de crise ou o risco de destruição. Nesses momentos, dá-se para alguém o direito de falar ou agir, em nome de todos. Possivelmente isso explica o porquê do sucesso da antiga Confederação Evangélica do Brasil (CEB), que desde o

Agência Folhas



período de Vargas (1934), por mais de trinta anos, conseguiu unir as principais denominações protestantes brasileiras. Segundo A. G. Mendonça, as igrejas evangélicas foram tomadas, durante aquele período, por um intenso medo do Catolicismo romano, cujo poderio, que estava em baixa desde o século XIX, recrudesceu a partir da Revolução de 30. Corria então entre os evangélicos o boato de que havia um decreto sobre a mesa de Vargas, pronto para ser assinado, determinando o fechamento de todas as congregações protestantes no Brasil. O desaparecimento do inimigo comum e o fim da pressão católica teriam levado a CEB a entrar em processo de decadência e morte.

Por que os grupos se unem, ou com que objetivos constroem organismos de unidade? Obviamente é porque não existe segurança para a expansão e reprodução da instituição ameaçada. O ecumenismo, como desejo de unidade, é resultante da constatação da fraqueza isolada e da procura de um apoio emanado do poder coletivamente formulado. Mas, e quando o campo religioso se torna um espaço de luta e as várias instituições religiosas empregam todas as suas energias para a própria expansão e sobrevivência? É óbvio que as instituições e os movimentos que se sentem fortes, em processo de expansão e crescimento, não têm interesse em se assentar com concorrentes para discutir estratégias comuns e regras para o exercício do jogo religioso. Somente os fracos e prejudicados nessa luta pelo monopólio da gestão dos bens simbólicos admitem a necessidade de um apoio mútuo. Nesse sentido, para o Neo-

pentecostalismo vitorioso (do tipo da Igreja Universal do Reino de Deus), "as reuniões ecumênicas não passam de uma perda de tempo" e de "uma associação desnecessária" com "quem nada lhes tem a oferecer". Há um "ecumenismo" que nasce do utilitarismo e da manipulação maquiavélica dos organismos ecumênicos até para "alavancar" projetos "não-ecumênicos". (É possível que a participação de Manoel de Mello no CMI tenha sido um desses casos.)

NOVOS PARCEIROS DE DIÁLOGO OU NOVOS CONCORRENTES?

Mas, mesmo recusando o ecumenismo tradicional, os novos movimentos religiosos acabam por se aproximar dos que apresentam características semelhantes a eles. Por isso não é estranho que a Igreja Universal do Reino de Deus, a Assembleia de Deus (Ministério de Madureira), líderes do Protestantismo tradicional em baixa, como Nilson do Amaral Fanini e outros, se unam para formar organismos de apoio mútuo, como o Conselho Nacional dos Pastores do Brasil (CNPB). Entidades como essa, ao lado da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), pretendem construir uma transconfessionalidade que promete ser, entre carismáticos e pentecostais, o novo nome do ecumenismo.

A quem representam, no momento, essas novas entidades "ecumênicas", surgidas no campo religioso? Para o movimento ecumênico tradicional, o aparecimento de novos parceiros no campo religioso não constitui garantia de novos interlocutores. Isso porque os NMRs trazem com eles, como

foi visto acima, uma recusa de quaisquer ligações com formas anteriores de institucionalização da fé cristã. Todos eles, inclusive o Pentecostalismo, surgiram como reação à tradição cristalizada na forma de igrejas e denominações. Tais movimentos assumem posturas e escolhem lideranças avessas à "Religião-de-Igreja". Ora, são exatamente as igrejas que têm sido a base fundamental do movimento ecumênico tradicional.

Entidades como CNPB e AEVB pretendem construir uma transconfessionalidade que promete ser, entre carismáticos e pentecostais, o novo nome do ecumenismo

Portanto, para os NMRs, cujo predomínio cresce no campo religioso, não há lugar para práticas que incluam um relacionamento com as igrejas "históricas" e muito menos com a Igreja Católica. Tais movimentos são impulsionados por uma criatividade de procedência carismática que recusa quaisquer sinais oriundos dos antigos sacerdotes.

O ecumenismo, por causa de seu grau de institucionalização e de identificação com os poderes eclesiásticos, representa para os NMRs e seus correspondentes secularizados (*New Age*, por exemplo) apenas uma ponta de um *iceberg* de concorrentes. Os NMRs encaram, portanto, as instituições religiosas como entidades *a priori* já derrotadas por eles na concorrência pelo con-

trole da produção dos bens simbólicos.

Nada mais desestimulante para o ecumenismo, na forma como tem sido articulado desde o início do século XX, do que o atual clima de concorrência. Daí a facilidade com que se adota nos meios ecumênicos atuais uma conclusão pessimista quanto às possibilidades de um diálogo ecumênico com os NMRs. Do ponto de vista sociológico somente se pode concluir que, realmente, não pode haver comunhão de idéias entre organizações em disputa por um mesmo mercado. Quando muito podem surgir frágeis associações, voltadas exclusivamente para a defesa de interesses momentâneos.

O ecumenismo institucionalizado foi ontem temido pelos grupos fundamentalistas, porque se estaria tornando uma superorganização religiosa.

Todavia, hoje o ecumenismo é escarnecido. As regras do mercado instituem que só merece credibilidade quem é ouvido e seguido por milhões de pes-

Para os NMRs, não há lugar para práticas que incluam um relacionamento com as igrejas "históricas" e muito menos com a Igreja Católica

soas. A realidade é que os organismos ecumênicos "históricos" estão perdendo a capacidade de mobilizar e influenciar pessoas, e enfrenta, mesmo entre os cristãos (pentecostais, carismáticos, conservadores e fundamentalistas), uma crescente apatia.

Especialmente no Brasil, vi-

vem-se neste momento tempos de "reconfessionalização", de construção de identidades religiosas à custa de "guerras santas" (das quais a Igreja Universal do Reino de Deus é novamente um bom exemplo), de expansão dos novos movimentos religiosos. Neste cenário turbulento, sobra pouco espaço para um ecumenismo institucionalizado. Talvez existam apenas algumas chances para um ecumenismo prático e de pouca ênfase institucional. Em termos pouco acadêmicos: Não somente o mar está turbulento para a navegação como também "não está para peixe"!

Leonildo Silveira Campos é pastor da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, professor do Seminário Teológico de São Paulo e doutorando em Ciências Sociais e Religião no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião (São Bernardo do Campo/SP).

TIPOLOGIA DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO

Protestantismo de Missão

Congregacionais
Presbiterianas
Metodistas
Batistas
Episcopais
Luteranos

Protestantismo de Imigração

Anglicanos
Luteranos
Reformados

Pentecostalismo Clássico

Assembléia de Deus
Igreja Pentecostal
Igreja de Deus
Congregação Cristã
Evangelho Quadrangular

Pentecostalismo Autônomo

Brasil para Cristo
Deus é Amor
Casa da Bênção
Nova Vida
Universal do Reino de Deus
Cristo Vive

Carismáticas

Batistas (de renovação)
Cristã Presbiteriana
Metodista Wesleyana

Neodenominaçãoalismo

Comunidade Evangélica
Igreja Renascer
Comunidades autônomas

Pseudoprotestantes

Testemunhas de Jeová
Mórmons
Adventistas

Fonte: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

A DIVERSIDADE NA PROCURA DA UNIDADE EVANGÉLICA

Darci Dusilek

Uma das conseqüências do movimento da Reforma Protestante dos séculos XVI e XVII pode ser percebida no formato das torres dos templos evangélicos. O formato padrão desde a Idade Média era o das torres culminantes em vértice apontando para o alto. Nas igrejas reformadas o formato adquiriu um padrão achatado.

Qual o simbolismo desse fato histórico? Há muito o que se explorar nessa área, mas um simbolismo fica bem evidente: o de que o centro único de autoridade, simbolizado pelas torres em vértice apontando para o alto adotado pelas igrejas católico-romanas, foi questionado e rompido, dando lugar a diversos centros de autoridade para a vida dos cristãos. Essa conseqüência da Reforma está diretamente relacionada com os princípios do livre exame das Escrituras e do sacerdócio universal de todos os crentes. Ainda que cada grupo reformado mantivesse seu próprio centro de poder eclesiológico, os cristãos de corte evangélico, *ipso facto*, passaram a ter diversos paradigmas de autoridade teológica a estabelecer a interpretação bíblica adequada para as suas vidas. Essa dispersão de autoridade interpretativa que se constitui numa das riquezas da herança da Reforma representa, ao mesmo tempo, um dos maiores problemas em termos da procura da unidade visível entre os cristãos de corte evangélico. É por essa razão o título dado a este

artigo: a diversidade na procura da unidade evangélica.

UM POUCO DE TEOLOGIA DA UNIDADE

O texto padrão quando se fala da unidade entre os cristãos é, sem dúvida, a oração sacerdotal do Senhor Jesus encontrada em João 17. Nela Jesus coloca a unidade entre os seus discípulos não apenas como algo possível mas também desejável. A unidade foi o centro da intercessão do Mestre por todos os seus seguidores.

A unidade preconizada por Jesus tem como padrão e norma a própria realidade ontológica da união que existe na trindade divina: Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo.

De acordo com a oração sacerdotal de Jesus, a unidade entre os seus seguidores no âmbito da história tem tríplice finalidade: ser um fator poderoso no testemunho do Evangelho levando as pessoas a creem no Filho de Deus; autenticar o origem divina do ministério terreno de Jesus; e levar o mundo a entender que o amor de Deus para com os discípulos de Jesus é da mesma espécie e natureza daquele com que o Pai amou o Filho. De qualquer ângulo que se analise a oração sacerdotal de Jesus, entretanto, temos de reconhecer que a unidade entre os cristãos é algo que pertence de forma essencial ao plano de Deus para o seu povo aqui na tefra.

Faz parte da tentativa de se

construir uma teologia da unidade o reconhecimento de que essa unidade já existe e é uma realidade ontológica no plano eterno de Deus. Do ponto de vista teológico e ontológico não há nada que possamos fazer que acrescente algo em termos de quantidade e de qualidade à realidade eterna da unidade essencial existente entre os filhos de Deus. O desafio que pesa sobre os ombros dos cristãos é o da construção dessa unidade de forma visível na

O divisionismo e a competição predatória que existem entre os diversos grupos denominacionais são um pecado contra a ação do Espírito Santo

história. Talvez essa seja a última barreira a ser transposta antes que o Reino de Deus se manifeste em poder e glória na história dos seres humanos.

Vale a pena ressaltar que o divisionismo e a competição predatória que existem entre os diversos grupos denominacionais são um pecado contra a ação do Espírito Santo. Na verdade, a partir do testemunho do relato bíblico (cf. Gálatas 5.19-21), a falta de unidade entre os cristãos é obra da carne, é obediência ao espírito de Satanás em contraposição e rebelião à vontade do Pai celestial pela ação do Espírito Santo em nós.

OBSTÁCULOS NA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE CRISTÃ

Antes de falarmos nas tentativas de se construir a unidade visível entre o povo evangélico no Brasil, vale a pena destacar alguns dos obstáculos que devem ser transpostos se realmente desejamos cumprir o plano de Deus revelado na oração intercessória de Jesus. É bom salientar, numa época em que a Igreja Católico-Romana na pessoa do papa João Paulo II, volta a falar em um projeto de unidade cristã, que estamos falando dos obstáculos existentes na construção da unidade entre nós evangélicos. Se nessa área existem problemas quase intransponíveis, já podemos imaginar as dificuldades quando se fala em termos mais amplos de uma unidade visível entre todos os cristãos.

A lista de obstáculos à construção da unidade entre os evangélicos aqui apresentada não pretende ser completa nem exaustiva. É apenas sugerida para a reflexão e análise dos leitores deste periódico. Tampouco se pretende analisar cada um desses obstáculos em profundidade uma vez que tal pretensão fugiria ao escopo deste artigo.

Obstáculos de cunho semântico. Estes têm a ver com a questão de conceituação sobre o tipo de unidade de que se fala ou que se pretende construir. Tem a ver com reações dos diversos grupos evangélicos para com tentativas de busca da unidade na história da Igreja. Geralmente essas reações têm a ver com uma conceituação equivocada de unidade quando se coloca essa como "união orgânica entre os cristãos". Essa pretensão, se exis-

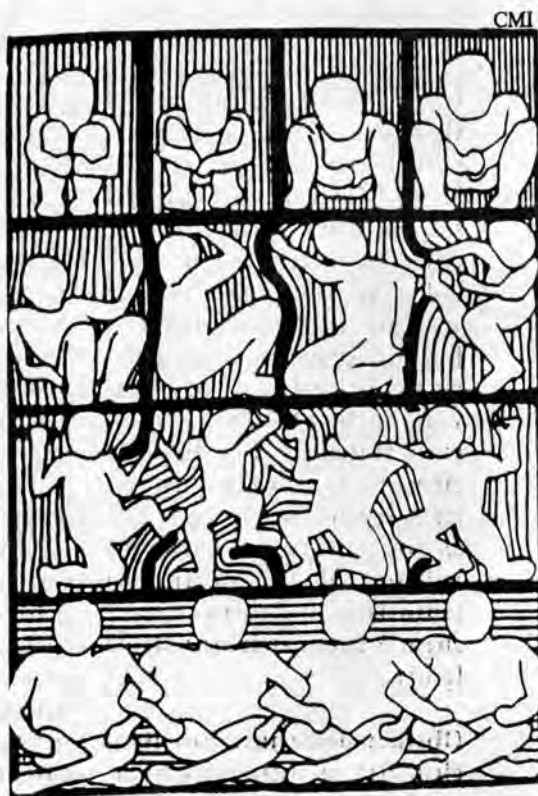
tiu no passado, não traduz mais o cerne dos projetos de unidade cristã no presente, quando se fala mais em termos de cooperação entre os diversos grupos de cristãos. De qualquer maneira é um tipo de obstáculo que deve ser considerado com seriedade e profundidade.

Obstáculos de cunho psicológico. Estes têm a ver mais com as atitudes das pessoas que compõem os diversos grupos denominacionais, quer sejam líderes ou simplesmente membros do corpo eclesial maior. Refletem questões de insegurança, problemas de prestígio pessoal e do grupo, a questão do poder ou do controle administrativo do corpo eclesial (é bom lembrar as três tentações básicas do ser humano: poder, posse, prazer), problemas relacionados à inveja e à competição entre os grupos — seus líderes e seus membros — bem como a questão da predominância do paroquialismo ou de uma visão limitada do projeto histórico da fé cristã.

Obstáculos de cunho doutrinário e teológico. São aqueles relacionados à interpretação do texto sagrado e a consequente construção de um corpo doutrinário que dê sentido teológico à existência do grupo eclesial em separado. Do ponto de vista de doutrinas básicas há muito mais unidade entre os diversos grupos denominacionais do que estamos dispostos a admitir. Isso implica o reco-

nhecimento de que o surgimento histórico de diversos grupos denominacionais tem a ver mais com idiossincrasias de liderança, associadas a questões doutrinárias periféricas que, no entanto, são magnificadas na visão particular do grupo de referência.

Obstáculos de natureza histórica. São os decorrentes do fato de que, em havendo cis-



ma, o retorno a uma posição de unidade e cooperação torna-se muito mais difícil. Em havendo o cisma cada uma das partes terá de, forçosamente, buscar razões de algum tipo que justifiquem a divisão e o surgimento de outro grupo denominacional na história, bem assim a permanência do grupo fiel à tradição existente. Uma vez acontecida a divisão, esta passa a ter vida própria e independerá da vontade dos líderes

CMI

Para construirmos a unidade, devemos aprender a ser abertos e receptivos para com o outro, para com o diferente

originais que a provocaram. Daí a importância de se levar a sério esse aspecto a fim de evitar-se a ocorrência de um cisma por uma questão meramente pessoal ou circunstancial.

Obstáculos de natureza eclesiológica. Do ponto de vista prático talvez sejam os mais fortes. Têm a ver com os diversos sistemas e maneiras de se conceber a Igreja como um todo. Têm a ver, também, com a forma de se administrar a Igreja e, assim, voltamos novamente à questão do poder na vida da Igreja. Uma análise mais tranqüila dos diversos cismas ocorridos na história mais recente da Igreja Cristã dá-nos conta de que, em última análise, a divisão ocorreu na tentativa de determinar-se quem é que manda na vida da Igreja.

Obstáculos de natureza litúrgica. São os ligados às diversas formas e modelos utilizados na adoração cristã. Nessa área a diversidade também é grande e notória. Desde as formas litúrgicas mais elaboradas, sistemáticas e formais características dos grupos históricos até as mais livres e espontâneas dos grupos neopentecostais, há toda uma gama de opções a serem exercidas pelos fiéis. Com frequência, as formas litúrgicas dão surgimento a diferentes grupos denominacionais.

TENTATIVAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE NO BRASIL

O título deste artigo retrata o problema que enfrentamos na tentativa de construção da unidade entre os cristãos evangélicos no Brasil. A verdade é que, até nessa questão, estamos divididos e carecemos de unidade. Isso fica evidente quando se olham as diversas tentativas históricas da construção dessa unidade visível entre nós, desde a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), passando pela Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (Aste), pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), pela Confederação Evangélica Latino-Americana (Conela), pela Fraternidade Teológica Latino-Americana (FTL), pela Associação de Educação Teológica da América Latina (Aetal), pela Ordem dos Ministros do Brasil, pelo Congresso Brasileiro de Evangelização e pela Comissão Brasileira de Evangelização, até a criação da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), para mencionar apenas algumas tentativas.

Existem outras. Mas todas surgem com uma espécie de pretensão messiânica de construção da unidade e possibilitam o surgimento de outras organizações congêneres que se lhes opõem. É o caso recente da Confederação de Entidades Evangélicas e do Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB), criados sob a inspiração e comando do bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, em evidente oposição, crítica e competição com a AEVB. Neste campo não há limite para a criatividade e

competitividade dos diversos grupos de corte evangélico existentes no Brasil. Resta-nos aguardar até o surgimento de outra entidade que se pretenda legítima representante dos evangélicos, por mais absurda que tal pretensão possa ser, a fim de aumentar a lista, já enorme, das diversas entidades que têm como moto básico de sua constituição trabalhar pela unidade do povo de Deus.

Fica claro que faltam critérios para trabalhar a unidade mesmo entre nós evangélicos. Também é evidente que dificilmente se conseguirá uma unidade mínima entre os diversos grupos denominacionais sobre esse conjunto de critérios básicos sobre os quais se possa construir um projeto de unidade cristã. A conclusão é óbvia e triste ao mesmo tempo: enquanto nos basearmos nos antigos pressupostos somente poderemos nos contentar com projetos parciais de unidade. O resultado se impõe: um projeto parcial de unidade resulta numa unidade parcial, dividida, e isso nega o projeto de unidade que foi objeto da oração intercessória de Jesus.

PASSOS NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE UNIDADE

Antes da conclusão, desejo assinalar alguns dos passos que nos poderiam ajudar na tentativa de construção de um projeto de unidade entre o povo de Deus.

Pressupostos básicos. Devemos assumir que a unidade entre o povo de Deus já existe como realidade ontológica dada pelo Pai. A Igreja triunfante e universal é uma, santa e invisível. As divisões entre nós

são resultado do pecado. O Corpo de Cristo não pode ser dividido. Quando isso acontece erramos por uma visão pequena do projeto de Deus para o seu Reino na história.

Precisamos trabalhar a unidade na esfera do devir (do vir-a-ser). Os pontos que seguem, entre outros, podem ajudar nessa tentativa:

a) É preciso reconhecermos as diferenças que nos separam com seriedade.

b) Precisamos evitar fazer das diferenças algo absoluto.

c) Precisamos identificar pontos de convergência e unidade em meio à diversidade que existe entre nós, e investir neles.

d) Precisamos aprender a trabalhar as diferenças com amor e em amor.

e) Precisamos de orar intensamente pela unidade.

f) Necessitamos fazer da unidade entre os cristãos um projeto nosso, tanto no plano individual como no grupal.

De que maneira podemos tentar a construção da unidade visível dos cristãos? Seguem algumas sugestões que podem contribuir para que se alcance esse objetivo:

a) Devemos ter abertura para com Deus, para com sua

Palavra e para com a ação do Espírito.

b) Devemos aprender a ser abertos e receptivos para com o outro, para com o diferente.

c) Precisamos aprender a ter e demonstrar a humildade que resulta da ação do Espírito Santo em nós, tanto no plano pessoal como no grupal.

d) Devemos nos permitir ser dominados por um desejo de ser pontes (não trincheiras) em

A unidade do povo de Deus é essencial na transformação do mundo pelo poder do Evangelho

nome de Jesus na tentativa de estabelecermos comunicação e cooperação entre os diversos grupos denominacionais.

e) Devemos identificar projetos comuns em que podemos estar juntos e trabalhar por sua efetiva realização.

f) Precisamos perder o medo do contato com irmãos nossos que têm outra maneira de ver a fé; g) devemos pedir perdão a Deus pelo nosso pecado de ver as coisas de modo tão parcial e, ao mesmo tempo, de tornarmos absoluto e último aquilo que só pode ser parcial

e penúltimo por ser uma construção meramente humana: as nossas divisões e contendas.

PARA TERMINAR

A unidade do povo de Deus deve ser histórica, visível, evidenciando de forma concreta essa mesma realidade que já existe no plano supra-histórico, o da Igreja invisível.

A unidade do povo de Deus é essencial na transformação do mundo pelo poder do Evangelho.

A unidade do povo de Deus cumpre o desejo expresso do próprio Pai celestial para com os seus filhos em missão de testemunho e presença no mundo.

A unidade do povo de Deus glorifica o nome do Pai e, por essa mesma razão, deve ser objeto de intercessão e realização por parte dos discípulos do Filho como Igreja peregrina e como modelo de uma nova sociedade que Deus planejou na recriação de todas as coisas a partir da encarnação do Cristo eterno na pessoa do Jesus da história.

Darci Dusilek é pastor batista, vice-presidente da Visão Mundial.

FIQUE POR DENTRO DO CONTEXTO!

Assine CONTEXTO PASTORAL

Assinatura anual — R\$ 10,00

Assinatura de apolo — R\$ 15,00

Assinatura exterior — US\$ 15

Tel: (021) 224-6713